

CIReS

# 2.º CONGRESSO INTERNACIONAL DE REDES SOCIAIS



Redes Sociais: perspetivas e desafios emergentes  
nas sociedades contemporâneas

7 | 8 junho 2018 Auditório do Colégio Espírito Santo da Universidade de Évora

LIVRO DE ATAS

# Ficha Técnica

**Título:**

Livro de Atas do 2º Congresso Internacional de Redes Sociais | CIREs

Redes Sociais: perspetivas e desafios emergentes nas sociedades contemporâneas

**Organização:**

Joaquim Fialho

Maria da Saudade Baltazar

José Saragoça

Marcos Olímpio dos Santos

**Edição:**

CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais

**Autor:**

Vários

**Design de capa:** GabCom2018

**Produção técnica:**

CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais

Revisão – Célia Maria Lavradorinho Peralta Rodrigues

ISBN: 978-989-99782-7-0

dezembro 2018

Este livro teve apoio do CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa, no âmbito do projeto UID/SOC/04647/2013, apoiado pela FCT/MCTES através de Fundos Nacionais.

## **MOVIMENTOS SOCIAIS E PRÁTICAS CULTURAIS**

### **NOVOS MEDIA E MOBILIZAÇÃO SOCIAL: ESTUDO DE CASO DO MOVIMENTO “QUE SE LIXE A TROIKA”**

*Patrícia Ascensão*

*ICNOVA – Instituto de Comunicação da NOVA*

*Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*

*Universidade Nova de Lisboa*

[patriciascensao@gmail.com](mailto:patriciascensao@gmail.com)

## Resumo

O processo de globalização, com a facilitação do processo de comunicação e do acesso à informação, está indissociavelmente relacionado a vários outros fenómenos sociais, de entre os quais o crescente aparecimento de novas formas de mobilização social e de ciberativismo.

A internet e as redes sociais constituem uma poderosa ferramenta para a formação de movimentos sociais em rede e de redes de movimentos sociais. O uso cada vez mais generalizado destes meios permitiu, de forma bastante evidente, a presença no espaço global de movimentos sociais e cívicos diversos que o utilizam para apresentar os seus discursos, causas e projetos mas também para convocar e mobilizar os indivíduos para ações interventivas mais concretas.

Alguns destes movimentos, surgidos e potenciados através do ciberespaço tiveram consequências marcantes na estrutura política e social de alguns países. Veja-se o caso de movimentos como “Anonymous”, “Primavera Árabe”, “Occupy Wall Street”, “Indignados” ou mesmo os casos portugueses “M12M” e “Que se Lixe a Troika”.

É precisamente sobre este último que nos iremos debruçar e a escolha deste movimento em particular deveu-se ao facto de ter sido o principal organizador das duas últimas grandes manifestações sociais ocorridas em Portugal desde o 25 de abril, nomeadamente as manifestações de 15 de setembro de 2012 e de 2 de março de 2013. Para além disso, o movimento “Que se Lixe a Troika” utilizou, desde o início, a internet como uma das principais ferramentas de difusão da informação relativamente às atividades desenvolvidas. O ciberespaço, nas mais diversas plataformas, foi o palco escolhido para disseminar a informação e apelar à movimentação social.

Neste artigo, iremos analisar a forma como este movimento utiliza os novos média, nomeadamente a sua página de *Facebook*, o seu *blog* e o seu canal do *YouTube*, a estratégia implementada nas redes sociais e a evolução da sua ação desde a constituição, em 2012, até ao momento atual.

**Palavras-chave:** Espaço público; Novos *media*; Mobilização social; *Que se lixe a Troika*.

## Abstract

The process of globalization, with the facilitation of the communication process and access to information, is inextricably related to several other social phenomena, among them the growing emergence of new forms of social mobilization and cyber-activism.

The internet and social networks are a powerful tool for the formation of social movements connected and networks of social movements. The increasingly widespread use of these means has made it possible for the presence in the global space of many social and civic movements that use the cyberspace to present their discourses, causes and projects, but also to summon and mobilize individuals for more concrete actions.

Some of these movements, arising and promoted through cyberspace, had important consequences in the political and social structure of some countries, for example movements like "Anonymous", "Arab Spring", "Occupy Wall Street", "Indignados" or even the portuguese cases "M12M" and "Que Se Lixe a Troika".

It is precisely on the latter that we are going to focus and the choice of this particular movement was due to the fact that it was the main organizer of the last two great social events that have taken place in Portugal since April 25, namely the protests of September 15, 2012 and March 2, 2013. In addition, the "Que Se Lixe a Troika" movement has, from the outset, used the internet as one of the main tools for disseminating their ideas and information on the activities carried out. Cyberspace, on the most diverse platforms, was the stage chosen to disseminate information and to appeal to social movements.

We will analyze how this movement uses the new media, namely its Facebook page, blog and YouTube channel, the strategy implemented in social networks and the evolution of its action from their creation, in 2012, to the present time.

**Keywords:** Public sphere; New media; Social movements, *Que se lixe a Troika*.

O mundo mudou e continua a mudar. As transformações ocorridas em virtude da globalização, nas suas diferentes dimensões, transformaram a sociedade mundial e a forma como ela se estrutura e se desenvolve. A globalização permitiu a criação de um mercado global, com a massificação e transnacionalização das trocas; criou um novo sistema comunicacional, onde os meios técnicos de comunicação, informação e transporte permitem a difusão massiva e imediata de dados; e viu surgir um novo espaço de práticas sociais e culturais desterritorializadas e de partilha livre e imediata: o ciberespaço.

É neste “novo” espaço, desmaterializado e aparentemente livre, definido por Pierre Lévy como “o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores” (Lévy, 1999: 92), que a sociedade atual desenvolve grande parte daquilo que constituem as suas práticas de sociabilidade e tomada de conhecimento do mundo. Sendo um espaço de interconexão, os “nós” e “ligações” constituem-se como elementos-chave na organização da própria sociedade.

Neste sentido e segundo Castells, mais do que uma «sociedade da informação», estamos perante uma «sociedade em rede», isto é, “as redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades e a difusão da sua lógica modifica substancialmente a operação e os resultados dos processos de produção, experiência, poder e cultura.” (Castells, 2002: 607). As sociedades sempre viveram em rede, ou em redes, no entanto, segundo o autor, o avanço tecnológico potenciou um aumento exponencial do efeito de rede, estruturando a sociedade atual, onde cada vez mais nos aproximamos daqueles que partilham interesses comuns. Nunca como hoje, o desconhecido esteve ao nosso alcance. Na tomada de consciência da diferença, entendemos que existe o “outro”. Esta é a sociedade da descoberta do outro. Na descoberta do “outro”, o indivíduo acaba por se encontrar consigo próprio. Para Carlos Fortuna,

“à medida que se intensificam as trocas, se melhoram e multiplicam as comunicações e se reforçam as interdependências dos sujeitos e grupos, mais tendem a intensificar-se também os mecanismos particularísticos das identidades desses sujeitos e grupos” (Fortuna, 1991: 271).

Atualmente vivemos numa era de informação abundante e crescente, onde temos facilmente acesso àquilo que pretendemos saber e conhecer, realidade que a sociedade

em rede veio acentuar. Estamos perante uma verdadeira revolução civilizacional, a “aldeia global” que McLuhan preconizava, e perante esta nova sociedade, surge também um novo modelo comunicacional: a comunicação em rede.

Segundo Cardoso,

“o modelo da nossa sociedade contemporânea é moldado pela capacidade dos processos de globalização comunicacional mundiais, juntamente com a ligação em rede entre *media* de massa e *media* interpessoais, e, em consequência, pelo aparecimento da mediação em rede.” (Cardoso, 2009: 16)

Depois do aparecimento da internet e da *web 2.0*, com o aumento da importância das redes sociais, *blogs* e outras formas de interação social possibilitadas pelas novas tecnologias, o poder de procurar e produzir conteúdos democratizou-se e deu origem a um novo tipo de utilizador: o “prosumer”, isto é, o atual utilizador é, simultaneamente consumidor e produtor de conteúdos, assumindo para si o papel de mediador da informação. Esta nova configuração comunicacional trouxe consigo novos papéis atribuídos aos cidadãos mas também novos desafios no contexto da sociedade contemporânea.

Neste sentido, e considerando as novas tecnologias de informação e comunicação como parte integrante da sociedade contemporânea, importa questionar a finalidade e importância dos novos *media* nas sociedades democráticas atuais e qual o contributo dado pelos mesmos no processo de mobilização social e de promoção da cidadania.

Num mundo onde o acesso à informação está cada vez mais facilitado e onde a abundância da informação molda e condiciona a forma como os indivíduos se relacionam entre si e com a sociedade onde estão inseridos, estaremos perante uma sociedade mais informada e crítica, capaz de encetar esse grande desafio de construir uma sociedade mais justa? Estarão os novos *media* a ser utilizados como verdadeiras ferramentas ao serviço da democracia e da cidadania? E que papel têm os *media* tradicionais neste processo, estarão a perder protagonismo ou estarão a sair reforçados perante tão evidente “media abundance”? Os novos *media* e a internet, considerados como um espaço livre e sem hierarquias, constituem o palco privilegiado pelos atores sociais no que respeita à mobilização social e ativismo? Ou, apesar do ciberespaço permitir uma mais rápida e eficiente disseminação da informação, os movimentos sociais e cívicos recorrem aos meios tradicionais de ativismo e a internet é apenas e só mais uma ferramenta de comunicação?

## 1. Internet e espaço público: novas vozes, novos discursos?

É inegável o papel fundamental que a internet desempenha na sociedade contemporânea, isto é, mais do que uma tecnologia, ela é um meio de comunicação e informação, que possibilita o contacto de “muitos para muitos” em tempo real e imediato e à escala global. Ela é também a infraestrutura material de uma forma organizativa concreta: a rede, que interliga computadores e memórias de computadores, criando um mundo de informação que a escala humana não consegue medir.

“A Internet é o tecido das nossas vidas. Se a tecnologia da informação é hoje o que a electricidade foi na Era Industrial, na nossa época a Internet poderia ser equiparada tanto a uma rede eléctrica como a um motor eléctrico na razão da sua capacidade de distribuir a força da informação por todo o domínio da actividade humana.” (Castells, 2004: 15)

A possibilidade que, nos dias de hoje, temos de não encontrar informação sobre um qualquer assunto é consideravelmente baixa e por isso mesmo a internet parece cumprir o ideal iluminista da criação de uma enciclopédia universal que reúna todo o conhecimento humano. Já estivemos bem mais longe de tal acontecer. Como refere Kerckhove, “A internet é, na realidade, um cérebro colectivo, vivo, que dá estalidos quando o estamos a utilizar. É um cérebro que nunca pára de trabalhar, de pensar, de produzir informações, de analisar e combinar.” (Kerckhove, 1997: 91)

A internet é também um reflexo da sociedade contemporânea, isto é, uma sociedade em permanente mudança, altamente adaptável e dinâmica, permeável a inovações e aberta ao progresso, fluida e que se rege por uma velocidade incompatível com a velocidade do mundo humano. Na verdade, a internet permite ultrapassar as barreiras do tempo e do espaço, numa urgência quase obsessiva de uma constante mudança e do acesso a cada vez mais informação. Nunca o ser humano teve acesso a tão imensa quantidade de informação e, contudo, essa mesma imensidão de informação parece não ser suficiente.

Perante tal cenário, são várias e distintas as posições assumidas pelos autores sobre a designada “revolução internet”, relativamente às suas potencialidades e problemas. Questões como a da liberdade, privacidade, democraticidade do acesso, salvaguarda dos direitos de autoria estão hoje na ordem do dia e colocam-se a muitos investigadores. Contudo não podemos esquecer que, sendo aí um reflexo da nossa sociedade, ela encerra em si todas as contradições que nela existem e que, como refere Castells, “Seria muito



surpreendente que a internet conseguisse mudar, através da tecnologia, o profundo desencanto político que a maioria dos cidadãos mundiais sente.” (Castells, 2004: 188)

Também Wolton, ao analisar as transformações ocorridas na sociedade em virtude do aparecimento das novas tecnologias e da Internet, refere que, para além de reforçarem o individualismo característico da nossa sociedade, elas criam a ilusão de um espaço livre, sem filtros e hierarquias, onde a informação está ao alcance de todos e de forma transparente. Esta “utopia da net” assenta na premissa de que “frente ao computador, todos estão em pé de igualdade.” (Wolton, 2000: 81) Contudo a realidade mostra-nos que a internet está a contribuir para o “renascimento das desigualdades” na medida em que ela apenas representa uma realidade tecnológica e não uma realidade social e cultural, onde o fator conhecimento desempenha um papel crucial neste processo.

Independentemente das várias posições, a internet, ao anular as barreiras tempo e espaço, criou as condições para que exista uma reestruturação da forma com a sociedade se articula socialmente: individualismo em rede. Segundo Castells:

“As pessoas organizam-se cada vez mais, não só em redes sociais como em redes sociais ligadas por computador. Por conseguinte, não é que a Internet crie um modelo de individualismo em rede, mas o desenvolvimento da Internet providencia o suporte material apropriado para a difusão do individualismo em rede como forma dominante de sociabilidade.” (Castells, 2004: 161)

Consequentemente, este novo modelo de sociabilidade provoca uma transformação no espaço público, e o ciberespaço, terreno cada vez mais disputado a todos os níveis, insere neste âmbito variáveis que têm de ser tidas em conta.

Partimos da perspetiva habermasiana de espaço público, que o entende como uma instância exterior ao poder político, que emerge da sociedade civil e que deve exercer o controlo desse mesmo poder político, sendo que este espaço público seria um elemento mediador entre a sociedade e o poder político. Contudo, contrariamente ao que o autor defendeu no passado, nele reside agora a capacidade de influenciar o sistema político através daquilo que ele designa de “ação comunicativa”. Neste processo, os meios de comunicação e a realidade social estão interligados e contribuem para a definição da estrutura da esfera pública. (Habermas, 1984)

Para Miège, o espaço público contemporâneo é o espaço do conflito, pois é espaço de negociação entre os diversos sujeitos que intervêm na vida pública, por um lado, o Estado, e por outro, as outras formas de poder que se articulam nessa mesma sociedade. Ele é, por isso mesmo, um espaço assimétrico e fragmentado, mas que ganhou uma dimensão

alargada e plural. Assistimos ao fim de um espaço público universal, unificado e territorialmente limitado mas a uma sobreposição de diversos espaços públicos parciais, que não têm necessariamente de comunicar entre si. (Miège, 1999)

Tendo o espaço público um papel central nas sociedades democráticas e na promoção da cidadania, este alargamento e fragmentação do espaço público proporcionado pelos novos *media*, deu origem ao aparecimento de novos espaços públicos para informação, discussão e participação.

Novas vozes e discursos sobre a realidade, tantas vezes ignorados ou silenciados pelos *media* tradicionais, encontram agora um espaço para se afirmarem e darem a conhecer. Como refere Correia:

“Surgiram possibilidades efectivas de divulgar conteúdos críticos de interesse público e incrementaram-se espaços de observação que exercem a sua vigilância crítica sobre os media que pertencem ao *mainstream*, denunciando uma informação comercial ou relacionada com interesses estratégicos dominantes, para, em seu lugar, veicular visões alternativas produzidas no exterior do *establishment* mediático.” (Correia, 2004: 163)

Este novo cenário destrói a ideia da existência de um público único para se ver emergir a ideia de audiências ou públicos múltiplos, interconectados por interesses e valores comuns. Cada indivíduo, enquanto agente ativo na produção e difusão de informação, vê agora ampliado o seu papel interventivo nos processos de participação e intervenção cívicas.

A multiplicidade de espaços públicos traduz-se na multiplicidade de agentes sociais e políticos que encontram assim um espaço, ainda que desmaterializado, para intervirem, através da ação comunicativa, e influenciarem a vida pública.

Com a internet e seu poder de comunicação e de interação, ela própria é entendida como uma esfera pública, onde os cidadãos “vêm reforçada a possibilidade de uma participação mais activa em processos de deliberação, num quadro de interacção muito diferente daquele proporcionado pelas tecnologias de comunicação mais convencionais”, contudo esta possibilidade não resolve os problemas da discussão pública ou participação cívica. (Esteves, 2010: 186)

Também Fenton defende que, apesar de existir uma maior quantidade de informação proporcionada pelos novos *media*, esse fator, por si só, não se traduz numa maior diversidade ou pluralidade de vozes e discursos. A autora refere mesmo que, “far from providing a diversity of views we are left with a public discourse that is largely

homogenous.” (Fenton, 2010: 10)

## **2. Internet e democracia: desafios e contradições**

O nosso mundo, e o contexto europeu em particular, está a assistir a mudanças profundas na estrutura base da sociedade, que se refletem num distanciamento cada vez maior entre a classe política e a sociedade civil, sendo que esta última não se sente ouvida ou tida em conta no processo de deliberação e decisão públicas. Perante isto, vemos reaparecer uma nova sociedade civil e a emergência de novos atores coletivos que encontram no ciberespaço a possibilidade de fazer ouvir a sua voz e assumir o seu papel central na construção democrática.

Diversos autores defendem que o sentido original de democracia tem vindo a ser esvaziado ao longo das épocas e que só o modelo de democracia deliberativa ou participativa permite efetivar esse ideal. O conceito de democracia deliberativa, na perspetiva de Ferreira, baseia “a tomada de decisões políticas na troca de razões e argumentos, num processo em que todos os cidadãos participam para além dos seus interesses pessoais, com o objectivo de alcançar o bem comum.” (Ferreira, 2012: 9) Em suma, este modelo representa a possibilidade de uma intervenção direta dos cidadãos na tomada de decisão, de controlo do poder político e da participação nas causas públicas.

Para que este pressuposto se concretize, os cidadãos têm de estar efetivamente envolvidos no processo de elaboração de políticas públicas e não apenas verem o seu papel restringido aos atos eleitorais. Um estudo da OCDE (2004) refere mesmo que:

“Democracy without a living space for its enactment becomes symbolic rather than participatory. In a symbolically democratic world, citizens’ main engagement with power is in the confined and formally regulated space of the polling booth where they exercise their few seconds of power. (...) A citizenry which is disengaged from the policy process and confined to occasional voting for leaders has such a weak relationship with democracy that politics becomes largely managerial. (OCDE, 2004: 147-148)

Ora, considerando que ai constitui um poderoso meio de comunicação e informação, cujo acesso não é ainda total contudo está já fortemente generalizado na sociedade atual, estaremos perante um novo espaço que permite tornar real a implementação desta democracia deliberativa, livre de filtros e hierarquias, onde os tradicionais *gate-keepers* perdem assim o poder de mediação da informação? Será esta “democracia electrónica” a solução para os problemas das democracias atuais, no que respeita a uma maior

intervenção e participação cívicas, capazes de mobilizar os cidadãos e efetivar a tão ansiada transformação social?

Para alguns autores, os novos *media* permitem uma intervenção direta dos cidadãos nos assuntos do domínio público, na medida em que podem aumentar a transparência do processo decisório, potenciar a participação e envolvimento dos cidadãos e melhorar a qualidade da formação de opinião ao abrir novos espaços de informação e de participação. (Kies *et. al.*, 2003)

A internet e as redes sociais, pelo seu carácter amplificador e disseminador de informação, proporcionaram a abertura de novos espaços para a promoção de discussão e ações comunicativas, bem como a introdução de um conjunto de ferramentas novas potenciadoras da difusão de mensagens e interação entre emissores e recetores. Os defensores da designada “democracia eletrónica” defendem que a internet proporciona condições livres e iguais para a participação política e potencia um processo político mais inclusivo e deliberativo.

Num posição contrária, situamos autores como Wolton, para quem o ideal democrático não será cumprido, apenas e só, através da internet, na medida em “a “aldeia global é uma realidade tecnológica e não uma realidade social e cultural” (Wolton, 2000: 182) O autor defende que a internet condiciona o ideal democrático e que, do ponto de vista da liberdade e da democracia, “o acesso directo à informação, tanto ao fornecimento como à sua utilização, sem controlo e sem intermediários, não constitui um progresso para a democracia, mas pelo contrário uma regressão e uma forma de ameaça.” (Wolton, 2000: 100)

É sabido que a participação dos cidadãos é o cerne da democracia e que o modelo deliberativo se funda no princípio da igualdade, onde cada indivíduo tem igual possibilidade de participar no processo democrático. Importa por isso questionar se os cidadãos estarão todos no mesmo nível de consciência democrática ou se estarão munidos de todos os recursos culturais e educativos que permitam a efetivação dessa igualdade. Com base neste pressuposto, diversos autores defendem que, em vez de as reduzir, a internet está a aumentar e a perpetuar as desigualdades.

De facto, alguns estudos têm demonstrado que

“os principais obstáculos à realização de práticas deliberativas – que supõem uma resolução discursiva de problemas que afectam os interesses comuns – advêm geralmente de formas de apatia política, e não de obstáculos à possibilidade de

expressão ou de comunicação.” (Ferreira, 2012: 46),

cuja expressão “digital divide” resume de forma bem evidente.

Neste sentido, reafirmamos que a tecnologia não é suficiente para motivar a participação cívica, isto é, será sempre o contexto humano de cada indivíduo que ditará as possibilidades e modalidades dessa participação. Neste âmbito, existe muito trabalho por fazer e a democracia eletrónica apresenta-se hoje como um desafio ainda longe de ser resolvido.

Na verdade, e citando Fenton, “the utopian vision of a brave new world with everyone connected to everyone else, a non-hierarchical network of voices with equal, open and global access, is also far from true.” (Fenton, 2010: 14)

### **3. Novos *media* e mobilização social**

O processo de globalização, com a facilitação do acesso à informação sobre o mundo em que vivemos, está indissociavelmente relacionado a vários outros fenómenos sociais, de entre os quais o crescente aparecimento de novas formas de mobilização social e de ciberativismo.

Nos tempos em que vivemos, o elemento “distância” é algo relativo e aquilo a que assistimos é a existência de uma realidade global que, pela revolução tecnológica, é comum a todos e onde coexistem diferentes realidades locais. Os novos movimentos sociais são resultado desta realidade, ao mesmo tempo que a acentua, pois existe uma maior interação entre as diferentes realidades. Neste processo, os novos *media* desempenham um importante papel por facilitar o contacto entre as diferentes culturas, ultrapassando as fronteiras físicas e aproximando, como nunca antes aconteceu, diferentes comunidades. O ser humano tem hoje ao seu dispor um conjunto de novas ferramentas que o podem ajudar a construir a sua identidade e a encontrar referências comuns nos mais distantes pontos do planeta. Para Appadurai (1996), estamos perante “uma nova ordem de instabilidade na moderna produção de subjectividades” e a construção daquilo que o autor chama de “imaginação colectiva”.

Os indivíduos constroem as suas comunidades, *online* e *offline*, com base nos seus interesses, desejos, afinidades e valores. Daí que se possa dizer que a internet, com a sua flexibilidade e interatividade, abriu caminho para que a criação de comunidades e a

interação social se possa fazer de forma mais facilitada e com uma organização nova. Surgem assim novas formas de sociabilidade, isto é, das tradicionais comunidades, assentes numa história, território e herança cultural partilhados, passamos para comunidades virtuais ou digitais, organizadas e fragmentadas, desterritorializadas e desmaterializadas, assentes em pressupostos de liberdade e igualdade, livres de hierarquias mas também vazias de responsabilização e solidez.

Para Lévy, “uma comunidade virtual é construída sobre uma afinidade de interesses, de conhecimentos, sobre projetos mútuos, em um processo de cooperação ou de troca, tudo isso independentemente das proximidades geográficas e das filiações institucionais.” (Lévy, 1999: 127) Estas comunidades, embora surjam no ciberespaço, necessitam do tempo físico para ganharem estrutura e formarem teias de relações pessoais, porque elas não são irreais, imaginárias ou ilusórias, são congregações de pessoas que encontram na rede uma forma mais fácil e barata para poderem estabelecer laços e relações que de outra forma não se estabeleceriam.

Vemos assim que a sociedade contemporânea utiliza os novos *media* para se articular socialmente e que estes “novos meios tecnológicos constituem uma oportunidade para a afirmação da autonomia de movimentos sociais e indivíduos rebeldes e, posterior confrontação das instituições societárias, de acordo com os seus fins e projetos. (Canavarro, 2013) As instituições tradicionais, tais como partidos, sindicatos e outros, já não são mais os únicos atores políticos e a mediação da informação não está mais apenas nas mãos dos meios de comunicação tradicionais que centralizaram e definiram este processo durante muito tempo.

A internet e as redes sociais constituem uma poderosa ferramenta para a formação de movimentos sociais em rede e de redes de movimentos sociais. O uso cada vez mais generalizado destes meios permitiu, de forma bastante evidente, a presença no espaço global de movimentos sociais e cívicos diversos, que o utilizam para apresentar os seus discursos, causas e projetos mas também para a tomada de posição a diversos níveis, nomeadamente para convocar e mobilizar os indivíduos para ações interventivas mais concretas.

Alguns destes movimentos, surgidos e potenciados através do ciberespaço tiveram consequências marcantes na estrutura política e social de alguns países. Veja-se o caso de movimentos como “Anonymous”, “Primavera Árabe”, “Occupy Wall Street”,

“Indignados” ou mesmo os casos portugueses “12M” e “Que se Lixe a Troika”.

Sabemos também que, e partindo da noção de Bauman de “sociedade líquida” onde tudo é efêmero, passageiro e fluido, estes movimentos tão depressa podem ser geradores de forte atenção e mobilização, como no momento seguinte são esquecidos e substituídos por outros novos. Este fenómeno talvez se deva ao facto de na rede não ser um espaço material e que, pela sua flexibilidade e reversibilidade, permite uma modificação, alteração e reprogramação constantes. A ausência de hierarquias nas redes sociais, na opinião de Gladwell (2010), dificulta o desenvolvimento efetivo de uma mobilização social estruturada e sólida, só possível com a existência de vínculos e relações fortes.

De qualquer forma, é inegável que a internet se converteu numa ferramenta de comunicação generalizada, pelo que nos parece consensual que os movimentos sociais e os “novos” agentes políticos a utilizem cada vez mais para informar, organizar, atuar, recrutar e até dominar. Considerada como uma alavanca de transformação social, é fundamental que estes movimentos defendam temas e assuntos socialmente relevantes, para que os cidadãos se sintam identificados e possam, de forma emotiva, aderir aos mesmos.

Numa entrevista recente, Castells refere que “a mensagem só é eficaz se o destinatário estiver disposto a recebe-la e se for possível identificar o mensageiro e ele for de confiança. (...) A Internet é uma condição necessária mas não suficiente para que existam movimentos sociais.” (*in* Entrevista ao jornal “Folha de São Paulo, 03.06.2013)

#### **4. Questões metodológicas**

O nosso estudo consiste na caracterização e análise do movimento “Que se Lixe a Troika”, nomeadamente a forma como utiliza o ciberespaço enquanto palco privilegiado para a expressão, comunicação e mobilização social. A escolha deste movimento em particular deveu-se ao facto de ter sido o principal organizador das duas últimas grandes manifestações sociais ocorridas em Portugal desde o 25 de abril, nomeadamente as manifestações de 15 de setembro de 2012 e de 2 de março de 2013, que levaram às ruas cerca de 600.000 e 1.200.000 de pessoas respetivamente. Para além disso, o movimento “Que se Lixe a Troika” utilizou, desde o início, a Internet como uma das principais ferramentas de difusão da informação relativamente às atividades desenvolvidas. O

ciberespaço, nas mais diversas plataformas, foi o palco escolhido para disseminar a informação e apelar à movimentação social, facto que permanece até à atualidade.

Como objetivo geral pretendemos perceber de que forma a alteração das condições de comunicação e concretamente a expansão do uso da internet e das redes sociais pode afetar a mobilização cívica. Serão as redes sociais um novo mecanismo para a intervenção cívica? Em particular, interessa-nos compreender como se organizou e organiza o movimento “Que se Lixe e qual o papel que a internet, e em particular as redes sociais, teve e tem no desenvolvimento da sua atividade.

O nosso período de análise situa-se entre o dia 27 de agosto de 2012, data de criação da página de *Facebook*, e o dia 30 de abril de 2018. O *corpus* de análise é constituído pela página de *Facebook*, pelo *blog* e pelo canal no *Youtube* do movimento “Que se lixe a Troika”. Será feita uma análise da posição assumida e estratégia implementada por este movimento nos referidos meios digitais, procurando fazer uma análise global da forma como o mesmo utiliza os novos *media*, desde a sua constituição até ao momento do nosso estudo.

## **5. O movimento “Que se Lixe a Troika”**

Nascido em junho de forma informal, no seio de um grupo de amigos e conhecidos, o movimento “Que se Lixe a Troika” (QSLT) surge na sequência de vários movimentos sociais e cívicos que foram sendo criados, sobretudo a partir de 2008, como resposta às medidas de austeridade que os diferentes países europeus, e também Portugal, sentiram durante estes anos.

De acordo com o seu manifesto de 20 de janeiro de 2013, o QSLT assume-se como um grupo que não tem “a pretensão de representar organizações ou sectores sociais” e que pretendem “fazer a discussão e a confluência de iniciativas com vista ao derrube deste governo e de todos os governos colaboracionistas com os programas da troika.”

Composto, inicialmente, por 26 elementos entre os 23 e os 61 anos, de diferentes áreas e situações profissionais e que, embora tenham estado ligados a outros movimentos e ações cívicas ou até mesmo partidos políticos, se consideram independentes e apartidários.

Organizou a grande manifestação de 15 de setembro de 2012, que surgiu na internet e foi convocada através das redes sociais, e que levou às ruas, segundo a organização, cerca de



1 milhão de pessoas. Foi considerada, por alguns meios, a maior manifestação desde o 25 de abril, o que, por ter nascido no seio de um grupo de cidadãos sem qualquer suporte institucional oficial, marcou a história da mobilização social em Portugal das últimas décadas.

Esta manifestação foi o ponto de partida para todo um conjunto de novas ações cívicas e interventivas que foram sendo realizadas a partir deste momento e que foram sendo divulgadas através dos mais diversos meios, quer tradicionais quer virtuais.

O movimento QSLT manteve uma atividade bastante regular e consistente a partir deste primeiro momento e durante todo o ano de 2013, desencadeando ações e mobilizando os cidadãos para a divulgação e participação nas mesmas. Deste processo fazem parte a organização da “Manifestação cultural” de 13 de outubro de 2012, que contou com a participação dos grandes nomes do panorama cultural português, as ações de protesto em locais onde os representantes do Governo se deslocavam, cantando a conhecida canção de intervenção “Grândola, Vila Morena”, os protestos na Assembleia da República, as ações de repúdio relativas à visita de Angela Merkel a Portugal, o apoio à Greve Geral de 14 de novembro que resultou na carga policial sobre os manifestantes, a grande manifestação de 2 de março que reuniu mais de 1 milhão de pessoas nas ruas ou ainda as manifestações de 1 de junho e de 26 de outubro de 2013.

Em janeiro de 2013, é apresentado o manifesto do QSLT que, entre outros aspetos subjacentes às ideias defendidas, referia o seguinte:

“Levantamos as cabeças e rejeitamos o silêncio e o convite à emigração. Reclamamos o direito à indignação, à luta, à defesa das nossas vidas, dos nossos direitos, do nosso trabalho com dignidade, das nossas reformas, das nossas escolas, dos nossos hospitais e da nossa cultura. Contrariando a inevitabilidade da destruição e da miséria, acreditamos que uma sociedade mais justa é possível. Cabe-nos a responsabilidade de participar activamente na sua construção.”  
(Manifesto QSLT, 20.01.2013)

Relativamente ao funcionamento do movimento, este “colectivo não tem fundadores, porta-vozes ou representantes.”, pelo que os elementos que se relacionam com a comunicação social fazem-no de forma rotativa e as ações resultam de discussões tidas em plenário, reuniões e pela internet, cuja participação não obedece a nenhuma hierarquia e as decisões “são tomadas por consenso ou, em alternativa, por maioria.” (in <http://queselixeatroika15setembro.blogspot.pt/>, de 1 de Abril de 2013)

O movimento QSLT, pela forma como se apresentou e pela dimensão que as suas ações alcançaram, cedo despertou as atenções dos *media* e das mais diversas personalidades

públicas, surgindo de forma bastante regular na agenda mediática e tornando-se tema de debate público, sobretudo nas ações que tiveram maior dimensão ou que foram mais polémicas.

## **6. Apresentação e discussão de dados**

Sabendo que a Internet e as redes sociais funcionaram com importantes ferramentas e meios para dar a conhecer, divulgar, convocar e mobilizar para as atividades e ações do QSLT, o ciberespaço tornou-se o seu palco privilegiado e uma fonte de informação não só para os cidadãos mas também para os meios de comunicação.

Foi através do ciberespaço e suas diferentes plataformas, que o movimento passou a ter voz e a ser ouvido, divulgado e partilhado de forma massiva, quer em redes sociais quer na blogosfera. Não é por acaso que uma simples busca no *Google* para a expressão “Que se Lixe a Troika” nos apresenta 41.600 resultados e 12.700 vídeos relacionados com o movimento. Contudo, gradualmente, os *media* tradicionais passaram a interessar-se pelas suas ações e credibilizaram aquilo que o povo já tinha feito nas ruas. Estamos em crer que este facto foi decisivo no que respeita à capacidade de intervenção e mobilização por parte do movimento.

### **6.1 Página *Facebook***

Em 27 de agosto de 2012 foi fundada a página de *Facebook*, cuja primeira publicação foi a criação do evento de 15 de setembro, “Que se Lixe a Troika! Queremos as nossas vidas!”. Numa consulta realizada em maio de 2014, a página contava com 32.515 “Gostos” e, embora o movimento apresente atualmente uma atividade residual, a página conta ainda com 29.883 “Gostos” e 28.968 seguidores.

A semana mais popular foi a de 24 de fevereiro de 2013 e acreditamos que esta popularidade se possa relacionar com a manifestação de 2 de março, uma vez que coincide com a semana anterior à realização da mesma.

Segundo as estatísticas do *Facebook*, e sob pena de existir aqui alguma falta de rigor no que respeita à veracidade das informações de perfil, a maioria dos seguidores da página são residentes em Lisboa e têm entre 35 e 44 anos. Isto mostra-nos que o movimento tem

uma maior aceitação e impacto em populações urbanas e adultas.

Analisando o número de publicações na página, desde a sua criação até à data do nosso estudo, registámos um total de 2.485 publicações, sendo que o ano de 2013 foi o ano em que se verificou uma maior atividade e participação *online* por parte do movimento nesta rede social, com 70,3% do total de publicações.

---

N.º Publicações		
Ano	N.º	%
2012	122	4,9%
2013	1.746	70,3%
2014	314	12,6%
2015	279	11,2%
2016	18	0,7%
2017	1	0,0%
2018*	5	0,2%
<b>Total</b>	<b>2.485</b>	<b>100%</b>

Quadro n.º 1 – N.º de publicações na página de *Facebook*

---

Se aprofundarmos esta questão e contabilizarmos o número de publicações por mês, observamos diversos elementos que nos indicam, de alguma forma, a evolução da atividade *online* do movimento QSLT nesta rede social. Um primeiro ponto é o facto de existirem claramente 3 meses onde a atividade no *Facebook* é mais evidente, nomeadamente os meses de fevereiro (365 publicações), maio (298 publicações) e outubro (201 publicações) de 2013. Estes meses correspondem ao período que antecedeu as 3 manifestações organizadas por este movimento nesse ano, respetivamente as manifestações de 2 de março (“O Povo é quem mais ordena”, de 1 de junho (“Povos unidos contra a Troika”) e de 26 de outubro (“Não há becos sem saída”). Curiosamente, na primeira manifestação de 15 de setembro (“Queremos as nossas vidas”), este padrão não se verifica, visto que, durante o período que a antecedeu, apenas registamos 3 publicações em Agosto e 49 publicações em setembro de 2012, o que é consideravelmente menor.

Uma outra conclusão que podemos aferir é que o período de maior atividade *online* se situa no ano de 2013, sobretudo entre os meses de fevereiro e junho, embora se verifique também uma tendência decrescente ao longo do ano no volume de atividade, quer em termos de quantidade, quer em termos de regularidade.

Para além dos meses anteriores às manifestações, o mês de março de 2013 é também

bastante ativo, igualando os números de maio, o que será uma consequência da projeção e impacto que a manifestação de 2 de março atingiu.

Um último apontamento é o facto de, no ano de maior atividade, não existir quase nenhuma publicação durante o mês de agosto, o que poderá indiciar que, também este movimento, “parou” para férias.

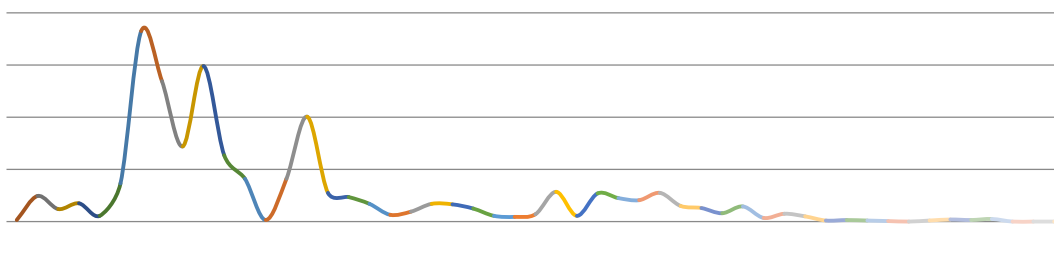


Gráfico n.º 1 – Evolução mensal do n.º de publicações na página de *Facebook* (ago 2012 - dez 2016)

Relativamente à evolução do n.º de publicações na página de *Facebook*, podemos afirmar que existe uma redução drástica da atividade a partir de novembro de 2013 que, apesar de manter alguma regularidade, não se aproxima de forma alguma aos números dos meses anteriores. Esta redução da atividade do movimento QSLT nesta rede social é gradual e, a partir de finais de 2015, ela é quase inexistente. Sabendo que este movimento foi criado por diversos elementos conotados com os partidos de esquerda, este comportamento poderá dever-se à mudança de governo que ocorreu em Novembro de 2015 e à nova solução governativa encontrada para o país - maioria PS apoiada por PCP/PEV e BE.

Quando analisamos os níveis de envolvimento e participação dos seguidores na página, verificamos que existe uma relação diretamente proporcional entre o número de publicações e os níveis acima referidos. No entanto, também no que respeita à aprovação e participação, partindo da evolução do número de “Gostos” e de pessoas “Que falam” da página, também assistimos à existência de número mais elevados nos mesmos meses onde se verifica um maior número de publicações.

Para além das publicações, o movimento utiliza ainda a ferramenta de criação de eventos para divulgar as ações de protesto e manifestações que promove. Desde a data de início da página, foram criados 23 eventos que resultaram num total de mais de 1.600 milhões de “convites” enviados para perfis particulares, o que indica uma elevada atividade de

partilha e divulgação dos eventos por parte dos diversos seguidores. O último evento criado data de 24 de abril de 2014 e corresponde a um período de menor atividade do movimento, como podemos ver acima.

Se considerarmos o nível de interação dos seguidores com os eventos criados na página de *Facebook*, observamos que o primeiro evento, relativo à manifestação de 15 de setembro de 2012, é aquele que reúne um número mais elevado nas 3 categorias de análise, para o qual foram feitos mais de 650.000 convites e onde, num espaço de poucos dias, quase 58.000 pessoas manifestaram a sua “adesão” ao evento.

Contudo, verificamos também que, à exceção de 3 momentos específicos - as manifestações de 2 de março, de 1 de junho e 26 de outubro de 2013, a tendência é para que essa interação vá diminuindo gradualmente, o que poderá indiciar um afastamento ou uma não-identificação dos seguidores da página relativamente às atividades promovidas pelo movimento QSLT.



Gráfico n.º 2 – Interação dos seguidores com os eventos criados na página de *Facebook*

Um outro fato que conseguimos deduzir é que não existe uma relação direta entre os níveis de participação e partilha na página de Facebook e a realidade evidenciada nas ruas, ou seja, o evento mais divulgado e partilhado *online* não foi aquele que teve mais manifestantes nas ruas. Contudo, se analisarmos de forma mais profunda este aspeto, verificamos que a manifestação de 15 de setembro foi convocada apenas através das redes sociais dado que não teve uma divulgação muito consistente nos meios de comunicação social. Quando pesquisamos sobre notícias *online* anteriores à realização desta

manifestação, encontramos muito poucas referências, o que parece indicar que a mobilização social para esta manifestação terá sido originada e potenciada nas redes sociais, que juntamente com o “word of mouth”, resultou na saída às ruas de cerca de 600.000 pessoas em todo o país.

Apenas e só depois desta manifestação é que o movimento QSLT passa a interessar de forma mais generalizada aos meios de comunicação social que, sobretudo a partir de janeiro de 2013, começam a acompanhar de forma mais regular a sua atividade e ampliam aquilo que já tinha sido começado nas redes sociais. O resultado desta associação, redes sociais e meios de comunicação, juntamente com a adesão ao movimento de várias personalidades nacionais, culmina na grande manifestação de 2 de março de 2013, que contou com 1.200.000 manifestantes em todo o país e também no estrangeiro.

## **6.2 Blog “Que se Lixe a Troika”**

A primeira publicação no *blog* do movimento QSLT data de 4 de setembro de 2012, sendo, por isso, posterior à criação da página no *Facebook*, e teve, até ao momento do nosso estudo, 355.380 visualizações. No que respeita à atividade do movimento neste meio, contabilizámos um total de 216 publicações até 15 de setembro de 2014, data da última publicação no *blog*.

O *blog* permite a partilha dos seus conteúdos por *e-mail*, possui ligação às principais redes sociais, nomeadamente *Facebook*, *Twitter*, *Pintrest* e *Google+* e disponibiliza ainda uma morada de *e-mail* para eventuais contactos com o movimento. Contudo não permite comentários às publicações por parte dos utilizadores.

Na zona de “Destaques”, possui ligações para o canal no *Youtube*, para o manifesto do movimento, para textos de apelo à participação nas diversas ações e para a página da Moção de Censura Popular que foi apresentada pelo QSLT.

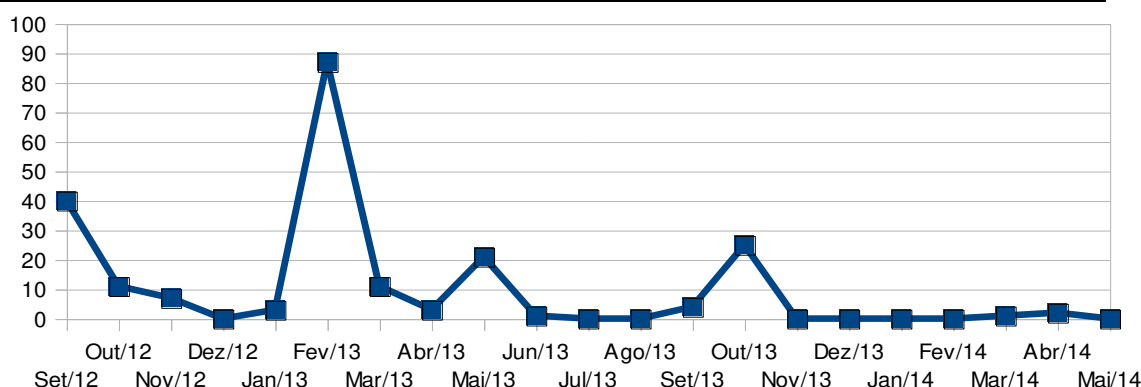


Gráfico n.º 3 – Evolução mensal do n.º de publicações no *blog*

Para caracterizar o comportamento deste movimento nesta plataforma, consideramos interessante analisar o número de publicações por ano e por mês. Desta análise, verificámos que, à semelhança da página de *Facebook*, os meses que registam maior actividade são os que antecedem as principais manifestações convocadas pelo movimento.

Contudo, verificamos um facto diferente e que corresponde ao mês de setembro de 2012. No *blog*, este é o segundo mês com maior atividade, tendência que não se verificou na página de *Facebook*, onde, no mesmo mês, não ocorre uma atividade *online* tão intensa, comparativamente aos referidos meses.

Se compararmos as duas plataformas, podemos concluir que numa fase inicial e em termos absolutos, o movimento utilizou de igual forma ambas as plataformas para divulgar as suas informações e ações mas que, a partir de fevereiro de 2013, passou a privilegiar a página de *Facebook* para o fazer e o *blog* teve sempre uma atividade menor quer em quantidade quer em regularidade.

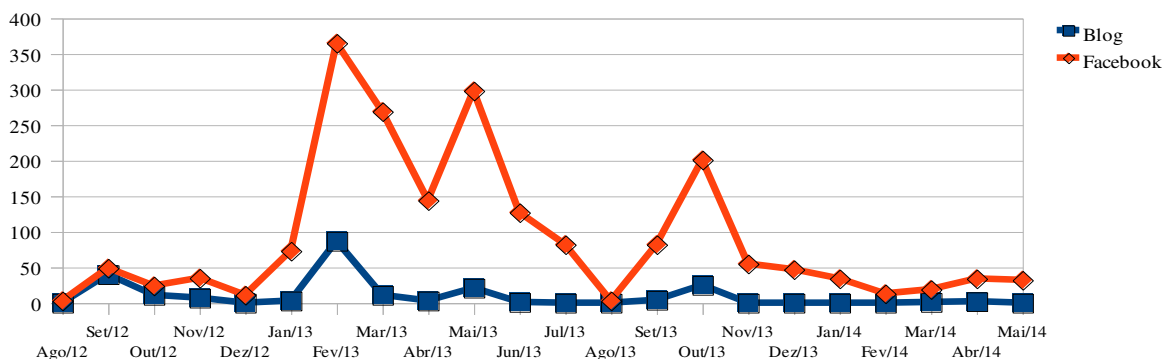


Gráfico n.º 4 – Comparativo da evolução mensal do n.º de publicações no *Facebook* e *blog*

Tal como referido, em abril foi lançada a Moção de Censura Popular, que pedia a demissão do Governo e a qual podia ser subscrita por qualquer cidadão. No texto da moção podia ler-se que a mesma “expressa a vontade de um povo que quer tomar o presente e o futuro nas suas mãos. Em democracia, o povo é quem mais ordena.” e que é “o grito de um povo que exige participar. É a afirmação pública de uma crescente vontade do povo para tomar nas suas mãos a condução do país.” (Moção Popular, 02.03.2013) Para tal foi criada uma página *web* da moção e onde podia ser feita essa subscrição ou o *download* do documento para recolha das assinaturas. Neste momento, esta página já não está acessível, pelo que não pudemos registar qualquer informação.

### **6.3 Canal Youtube**

O movimento QSLT também criou um canal no *Youtube*, cujo primeiro vídeo data de dia 6 de setembro de 2012 e diz respeito a um *flashmob* realizado em frente à representação permanente da Troika em Lisboa para divulgar e convocar para a manifestação de 15 de setembro, tendo sido visto 4.748 vezes.

O referido canal possui 72 vídeos, todos eles publicados pelo movimento e são, no geral, vídeos de apelo à participação nas ações a realizar, testemunhos de personalidades nacionais de apoio ao movimento e às manifestações, sobretudo a de 26 de outubro de 2013, e vídeos das manifestações e ações promovidas pelo movimento.

O canal tem 445 subscritores e, no total, os vídeos foram visualizados 235.867 vezes, o que dá uma média de 3.275 visualizações por vídeo. Os vídeos mais visualizados são os relativos à ação de protesto que interrompe o discurso do ex-ministro das Finanças, Vítor Gaspar, aquando da apresentação do seu livro (81.603 visualizações), promoção da manifestação de 1 de junho de 2013 (22.888 visualizações), promoção da manifestação de 15 de setembro de 2012 (13.189 visualizações), uma manifestação de trabalhadores no Barreiro onde alguns elementos do movimento QSLT foram agredidos (8.527 visualizações), as declarações de apelo à participação na manifestação de 26 de outubro de 2013 do comentador político Daniel Oliveira (5.720 visualizações) e da cantora Lúcia Moniz (5.521 visualizações).



## Notas finais

Sabemos que as conclusões que possamos equacionar terão sempre como ponto de partida o nosso universo de análise e as condições de recolha do mesmo. No entanto, cremos estar em condições de tecer algumas conclusões em relação ao nosso objeto de estudo. As conclusões a que chegámos são, obviamente, limitadas, porque só a partir de uma análise de conteúdo e de discurso mais representativa e em cruzamento com o estudo do movimento QSLT em outros meios de comunicação, nos permitiria compreender melhor o funcionamento do movimento no ciberespaço e suas repercussões no espaço físico. No entanto, conseguimos de certa forma atingir os objectivos propostos, uma vez que os dados apurados foram reveladores de informações interessantes no que diz respeito à caracterização do movimento QSLT e sua atividade no ciberespaço.

Uma primeira conclusão é que a internet, com todas as suas qualidades, teve consequências inegáveis na estruturação do espaço público, pois permitiu que esse espaço, anteriormente restrito, condicionado e de acesso seletivo por parte dos agentes definidores desse mesmo espaço, desse lugar a um novo e mais amplo espaço de discussão e debate. O movimento QSLT é um exemplo disso mesmo na medida em que reflete aquilo que este alargamento do espaço público originou: a possibilidade de novas “vozes” poderem ser ouvidas e exigirem um lugar no espaço de discussão e debate dos assuntos públicos. Há uma multiplicidade de novos agentes sociais e, conseqüentemente, políticos que têm assim a capacidade para dar a conhecer as suas ideias e valores e poderem fazer chegar essa informação, de forma imediata, global e barata, a um número elevado de pessoas.

O movimento QSLT surge no seio de um grupo de cidadãos, sem ligação direta ao sistema partidário português e insatisfeito com a situação do país que, pela dimensão das suas ações, passa a assumir um papel reivindicativo de cariz coletivo e mobilizador de cidadãos. É este espaço de conflito e negociação que Miège se referia, isto é, o espaço público emerge da sociedade civil e assume-se como um mediador entre a sociedade e o poder político, podendo influenciar e alterar as decisões desse mesmo poder político. Reflexo disso foi a retirada da medida relativa à TSU por parte do Governo na sequência da manifestação de 15 de setembro de 2012.

O alargamento do espaço público trouxe consigo também a criação de um espaço assimétrico, plural e fragmentado, na medida em que as pessoas já não são meras

recetoras de uma única mensagem que é veiculada pelos meios de comunicação de massas. A internet, e em particular a *web 2.0*, criou uma nova figura no processo de mediação da informação, até aí dominada pelos meios de comunicação social: o “prosumer”, que, suportado pelo novo modelo de comunicação em rede, cria no espaço público um novo desafio, isto é, todos temos a possibilidade de sermos simultaneamente produtores e recetores de informação. Este facto, traduz aquilo que foi o procedimento do movimento QSLT, a informação e acções promovidas por ele foram amplamente divulgadas e partilhadas entre utilizadores, “many to many”, tornando o “boca-a-boca” digital uma ferramenta muito poderosa e importante neste tipo de movimentos sociais. O exemplo mais evidente é o número de convidados para o evento criado no Facebook para a manifestação de 15 de setembro que atingiu mais de 670.000 utilizadores, o que demonstra a existência de um processo de partilha massivo e a capacidade da internet e as redes sociais disseminarem a informação de forma imediata e global.

Os novos *media* possibilitam ainda, pela facilidade de acesso à informação por parte dos seus utilizadores, a tomada de consciência dos problemas da sociedade, a identificação com ideais e valores de outros e a criação de afinidades e sentimentos comuns. Este fator está na origem do aparecimento das comunidades, que sempre existiram mas que, no ciberespaço, ganham outras características e dimensões. O movimento QSLT demonstra isso mesmo, as possibilidades de criação de “comunidades virtuais” em torno de ideais comuns, que nem sempre têm de se refletir no espaço físico. Contudo, este movimento, sendo uma comunidade criada *online*, tem como objectivo inscrever no espaço público físico aquilo que vinha sendo discutido e difundido no ciberespaço.

Uma outra conclusão que tirámos foi o facto do movimento QSLT surgir de forma espontânea e informal, facto amplificado através da internet e das redes sociais, e que não previu o impacto que a sua primeira iniciativa, a manifestação de 15 de setembro, acabou por ter. Na verdade, e segundo declarações de elementos do movimento, nos dias que antecederam o evento, houve uma tamanha e inesperada adesão que obrigou os organizadores a alterar o próprio percurso do protesto.

No entanto, esta força inicial, que atingiu o seu máximo nas ruas a 2 de março, depressa perdeu a capacidade de suscitar a atenção e mobilização dos cidadãos em torno de um projeto social e interventivo aglutinador. Aquilo que observamos é que, nas redes sociais, mais concretamente nos eventos criados na página de *Facebook* se verifica uma tendência

decrecente quanto ao volume de atividade e número de partilhas/confirmações por parte dos utilizadores. Este facto poderá indiciar que a ausência de hierarquias e a inexistência de laços fortes que congreguem de forma consistente os apoiantes do movimento ou até algum descrédito relativamente às consequências efetivas de tais ações, poderão ter estado na origem da diminuição do impacto e capacidade de mobilização que se verificou após a manifestação de março de 2013.

O ideal de coletivo, subjacente a qualquer movimento social, cedo se perdeu e trouxe à superfície aquilo que caracteriza a sociedade contemporânea: o “individualismo em rede” (Castells, 2004) ou a “sociedade individualista de massas” (Wolton, 2000). Na verdade, e o movimento QSLT é um exemplo disso mesmo, a internet apenas coloca a disposição dos cidadãos as ferramentas e meios necessários para uma maior e melhor participação cívica, no entanto, ela é, apenas e só, o reflexo da sociedade.

Perante este cenário, importa trazer para a discussão o papel que os *media* tradicionais ainda têm na construção democrática, porque, apesar de se questionar hoje o papel dos mesmos na definição da agenda, continuam a ser cruciais na credibilização destas “novas vozes” originadas no ciberespaço. O próprio movimento QSLT reflete isto mesmo, ou seja, surge no ciberespaço, onde ganha uma dimensão não prevista, posteriormente as suas ações e iniciativas passam a constar na agenda mediática, credibilizando-o e contribuindo para o momento marcante da sua atividade, o 2 de Março. Após essa data, e depois da polémica relativa à contagem do número de manifestantes na referida manifestação, que é inclusivamente posta em causa pelos *media*, verificamos um “apagamento” do movimento quer nos *media* quer nos níveis de participação nas ações realizadas posteriormente.

Esta ausência de atividade nas redes sociais evidencia-se ainda mais quando a solução governativa em Portugal muda, dando lugar a um novo governo liderado pelo PS e apoiado pelos partidos de esquerda, o que nos poderá indiciar que existiriam ligações ideológicas entre os promotores do movimento e determinados partidos políticos que, estando agora no poder ou a apoiar o poder político, não vêem razão para encetar ações de protesto. A este facto, poder-se-á juntar ainda a saída da Troika que, de certa forma, torna o movimento desatualizado e desajustado face à realidade nacional.

Importa ainda referir que, para além do papel dos *media* tradicionais na credibilização do movimento QSLT, verificamos também que, ao longo da sua atividade, este movimento

se fez rodear de um conjunto de personalidades nacionais, que assumiram o seu apoio ao movimento e contribuíram decisivamente para o sucesso das suas ações. Isto coloca também a dúvida se de facto este movimento representa mesmo as referidas “novas vozes e discursos” ou se não será, também ele, mais uma forma de “dar voz” aos que sempre a tiveram. Se olharmos em profundidade para os elementos que constituem o movimento, para os que o apoiam ou que se referem a ele, percebemos que a maioria já tinha, de alguma forma, “voz” na sociedade portuguesa.

Ora, perante tais conclusões, parece-nos mais que urgente aprofundar este tema, fundamental em qualquer sociedade mas em particular no contexto nacional, onde os níveis de participação cívica e democrática são cada vez mais preocupantes. É por isso que defendemos que os *media*, são hoje, mais do que nunca, importantes ferramentas na estruturação e reestruturação do espaço público, que podem ajudar a sociedade a pensar sobre si mesma, a compreender o seu passado e o seu presente, perspetivando soluções e caminhos para o futuro.

## Referências bibliográficas

- Appadurai, A. (1996). *Dimensões culturais da globalização*. Lisboa: Editorial Teorema.
- Canavarro, A. (2013). *Os Novos Media no Universo Politico: Sociedade Civil e Participação Política*. International Journal of Marketing, Communication and New Media. Online, Vol.1, nº 1, p.5-27. (Disponível em <http://u3isjournal.isvouga.pt/index.php/ijmcmn>)
- Cardoso, G. (2009). "Da comunicação de massa à comunicação em rede: modelos comunicacionais e a sociedade de informação". *Da Comunicação de Massa à Comunicação em Rede*. Porto: Porto Editora. pp. 15-66.
- Castells, M. (2002). *A Sociedade em Rede. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*, Vol. I, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Castells, M. (2004). *A Galáxia Internet*. Lisboa: Fund. Calouste Gulbenkian.
- Correia, J. C. (2004). *Comunicação e Cidadania. Os media e a fragmentação do espaço público nas sociedades pluralistas*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Estanque, E. e Costa, H. (2012). "Trabalho, precariedade e movimentos sociolaborais", in *Mudanças Laborais e Relações de Género: novos vetores de (des)igualdade*. Lisboa/Coimbra: Almedina.
- Esteves, J. P. (2003). *Espaço Público e Democracia. Comunicação, Processos de Sentido e Identidades Sociais*. Lisboa: Edições Colibri.
- Esteves, J. P. (2010). "Novos media e deliberação: sobre redes, tecnologia, informação e comunicação". *Revista Científica de Información y Comunicación*, 7, pp. 171-191.
- Fenton, N. (2010). *New Media, Old News*. London: Sage Publications.
- Ferreira, G. B. (2004). "Novos media, experiência e identidade", *Teorias da Comunicação*. Covilhã: Universidade da Beira Interior.
- Ferreira, G. B. (2012). *Novos media e vida cívica: estudos sobre deliberação, internet e jornalismo*. Covilhã: Livros LabCom. (Disponível em [http://www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/20130104-gil\\_ferreira\\_novos\\_media\\_e\\_vida\\_civica.pdf](http://www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/20130104-gil_ferreira_novos_media_e_vida_civica.pdf))
- Fortuna, C. (1991) "Nem Cila nem Caribdis: somos todos translocais", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 32, pp. 267-279.
- Giddens, A. (2007). *Sociologia*. Lisboa: Fund. Calouste Gulbenkian.

Gladwell, M. (2010). “A revolução não será tuitada”. *Observatório da Imprensa*. 14 de Dezembro de 2010. (<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/a-revolucao-nao-sera-tuitada>)

Kerckhove, D. (1997). *A Pele da Cultura*. Lisboa: Relógio d'Água.

Kies, R. M., et. al. (2003), *Evaluation of the Use of New Technologies to Facilitate Democracy in Europe*, STOA 116 EN, 10-2003, documento de trabalho para a Direcção-Geral da Investigação, Parlamento Europeu.

Habermas, J. (1984). *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro.

Lévy, P. (1999). *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34.

Miège, B. (1999). “O espaço público: perpetuado, ampliado e fragmentado”. *Novos olhares: revista de estudos sobre práticas de recepção a produtos mediáticos*, n.º 3, pp. 4-11.

OCDE (2004). *Promise and Problems of E-Democracy. Challenges of Online Citizen Engagement*. Paris: OCDE. (Disponível em <http://www.oecd.org/governance/public-innovation/35176328.pdf>)

Patterson, T. (2010). "Media Abundance and Democracy". *Media & Jornalismo*, vol. 9 - n.º 2, pp. 13-30.

Silveirinha, M. J. (2002). “Novos media, Velhas questões”. *Bocc -Biblioteca on-line de Ciências da Comunicação*. (Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/silveirinha-maria-joao-novos-media-velhas-questoes.pdf>)

Quivy, R. & Campenhoudt, L. V. (2005). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.

Wolton, D. (2000). *E depois da Internet?*. Algés: Difel.

### **Páginas web consultadas**

Blog “Que se Lixe a Troika” - <http://queselixeatroika15setembro.blogspot.pt/>

Página *Facebook* - <https://www.facebook.com/pages/Que-se-Lixe-a-Troika-Queremos-as-nossas-Vidas/177929608998626>

Canal *Youtube* - <http://www.youtube.com/user/queselixeatroika/feed>